

Seplan não negociará cortes

BRASÍLIA — Os cortes nos orçamentos dos ministérios são inegociáveis, segundo fontes da Seplan. O Ministério do Planejamento, que cortou programas, esvaziou órgãos e ministérios e transferiu encargos para Estados e Municípios, no processo de adaptação do orçamento à nova Constituição, conhecido como Operação Desmonte, terminou ontem à noite a análise das propostas orçamentárias. As propostas já começaram a ser devolvidas com os respectivos cortes. Segundo as fontes, não caberá discussão sobre o que foi cortado. Está em aberto apenas o remanejamento de recursos dentro do limite aprovado pela Seplan. Qualquer modificação poderá ser feita somente pelo Congresso Nacional.

Ontem à noite, o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças, José Ribas, fez a reunião final com os coordenadores. Hoje e amanhã os coordenadores estarão de plantão para entregar aos representantes dos ministérios as respectivas peças orçamentárias, já aparadas pela tesoura do Planejamento.

"Ministérios e órgãos vão morrer de morte natural, comentaram assessores do ministro do Planejamento João Batista de Abreu. Foi uma referência ao esvaziamento de ministérios como da Habitação e Urbanismo, Interior e empresas do tipo da Embraer. Ao invés de decidir pela extinção, o governo "corta o oxigênio" de ministérios, órgãos e empresas. Os que não

desaparecerem serão redimensionados.

HABITAÇÃO

O Ministério da Habitação e Urbanismo, por exemplo, perderá a razão de existir porque a nova Constituição, no artigo 23, diz que a construção de moradias e saneamento básico será tarefa conjunta da União, Estados e municípios, mas não faz qualquer vinculação de receita para esse fim.

Como a União avalia que, com a transferência de receita, que chegará a 17% no ano que vem, não terá recursos para custear projetos nessa área, não há dotação no orçamento. A tendência, dizem as fontes, é a Caixa Econômica, o mais poderoso braço do ministério, voltar ao Ministério da Fazenda.